

CRISE DO CAPITALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Joseane Rotatori Couri

Resumo: Esse ensaio tem como objetivo discutir sobre as implicações da crise estrutural do capitalismo nas políticas sociais, sugerindo que nesse contexto de crise, as necessidades do capital se sobrevalorizam em relação às necessidades humanas. Para chegar a esse objetivo, dividimos esse ensaio em duas partes. Na primeira, tem o intuito de discutir as categorias necessidades do capital e necessidades humanas. Parte do pressuposto, que essas duas categorias são antagônicas e contraditórias e que no sistema capitalista são irreconciliáveis. Porém, ambas precisam da presença de um Estado para garantir que essas sejam satisfeitas, denotando, portanto, o caráter contraditório do Estado. Na segunda parte, se tem como objetivo demonstrar os efeitos da crise, iniciada em 2008, nas políticas sociais. Percebe-se que o Estado injeta bilhões de dólares para salvar a economia, trazendo consequências negativas profundas para a classe trabalhadora, como o aumento do desemprego, por exemplo. Conclui-se esse trabalho afirmando que é preciso lutar contra essa estrutura que nos é imposta, onde desonera os mais pobres e enriquece os mais ricos, uma vez que os grandes prejudicados por essa crise estrutural do capital é a classe trabalhadora.

Palavras-Chave: Necessidades humanas; Necessidades do capital; Crise Capitalista; Políticas sociais.

***Abstract:** This essay aims to discuss the implications of the structural crisis of capitalism in social policies, suggesting that in this context of crisis, the capital needs is overstating in relation to human needs. To reach this goal, we divide this essay into two parts. At first, aims to discuss the categories of capital needs and human needs. It assumes that these two categories are antagonistic and contradictory and in the capitalist system are irreconcilable. However, both require the presence of a State to ensure that these needs are met, showing, therefore, the contradictory character of the State. In the second part, it aims to demonstrate the effects of the crisis, which started in 2008, in social policies. It is observed that the State injects billions of dollars to save the economy, bringing profound negative consequences for the working class, as rising unemployment, for example. We conclude this work by stating that we must fight against this structure that is imposed on us, which exempts the poor and enrich the rich, since the big losers in this capital's structural crisis are the working class.*

Keywords: Human needs; Capital needs; Capitalism crisis; Social policy

Introdução

Vivemos em um período de uma grande crise do sistema capitalista. Uma crise iniciada em 2008 nos Estados Unidos e que rapidamente se alastrou para o resto do mundo. Essa crise pode ser comparada com a crise de 1929, por causa da sua magnitude e grandeza. Quando ocorre uma crise do sistema capitalista, todo o discurso do Estado liberal que não deve intervir na economia cai por terra, uma vez que é esse Estado que exerce um papel estrutural na defesa do próprio sistema capitalista.

No modo de produção capitalista, o Estado possui um papel dual e contraditório. Possui duas funções básicas (O'CONNOR, 1977): acumulação e legitimação, ou seja, esse Estado deve criar ou manter condições que seja possível à acumulação capitalista e deve criar condições de manter a sociedade em harmonia e se legitimar dentro da sociedade capitalista. Isso quer dizer que o Estado não pode utilizar sempre da coação para conseguir se legitimar ou legitimar e ajudar a classe dominante a acumular mais capital, caso contrário, ele perderá essa legitimação. Mas ele não pode, também, deixar de criar condições para que essa classe dominante continue a acumular capital. Percebe-se, então, a contradição existente no Estado já que ele tem que buscar a sua legitimação perante a uma classe dominada e oferecer condições de acumulação de riquezas para uma classe dominante.

Ao utilizar da teoria marxiana sobre economia política, o autor inglês Ian Gough traz no seu célebre livro *Economía política del Estado del bienestar*, publicado em 1979 (tradução espanhola em 1982) a teoria geral do Estado Capitalista, onde afirma que o Estado é um sistema de exploração de classes, no qual há uma classe que possui os meios de produção e outra, dominada, que vende sua força de trabalho para a classe dominante. Essa exploração utilizada dentro do Estado capitalista tem sua origem na diferença entre o valor da força de trabalho e o valor produzido pelo trabalhador e; na apropriação da mais-valia pelo capitalista. O Estado capitalista é, também, um sistema econômico que possui suas próprias leis autônomas e dinâmicas. Portanto o Estado capitalista tem como aparato diversas instituições públicas ou semipúblicas, que tem aparato repressivo, ideológico, judicial e legislativo.

Se o Estado tem como objetivo a satisfação das necessidades humanas, provavelmente, o seu gasto social será maior e aglomerará um maior número de políticas sociais de renda, educação, saúde e outros. Mas se o Estado tem como um maior objetivo manter a lógica do mercado e do capital, ou seja, criar maiores condições de acumulação capitalista, provavelmente essas políticas terão outra aparência, elas poderão ser adquiridas dentro da lógica do mercado ou possui um caráter de ajuda e caridade. Por isso, se torna imprescindível conhecer as características que o Estado assume dentro do sistema capitalista. A pergunta que deve ser feita é se é possível o Estado conciliar as necessidades do capital com as necessidades humanas?

Antes de responder essa pergunta, é necessário debater sobre o que seria as necessidades humanas e as necessidades do capital, para depois entender se é possível ou não que as políticas sociais se conciliem com essas duas necessidades.

O objetivo desse ensaio é refletir sobre a crise atual e a sua influência nas políticas sociais. Para tal, parte-se do pressuposto que o que ocorre é um choque de conflitos e valores, uma vez que esse conflito é entre duas categorias de necessidades, às do capital e às humanas. Nesse contexto de crise o Estado possui um papel primordial na relação entre capital e trabalho, onde, por meio do fundo público¹, o Estado socializa os prejuízos dos grandes capitalistas e privatiza os lucros e ganhos. Esse ensaio será dividido em duas grandes partes. A primeira parte tem como intuito discorrer sobre as necessidades humanas básicas e as do capital e se é possível falar em conciliação dentro do sistema capitalismo dessas duas necessidades. Já a segunda parte, tem como objetivo trazer algumas reflexões sobre a crise estrutural do capitalismo que estamos vivenciando desde 2008 e as suas implicações diretas para a política social.

¹ Sobre o fundo público ver os trabalho de Behring (2008;2010) Oliveira (1998) e Salvador (2010).

Das necessidades humanas básicas a as necessidades do capital.

Muito se tem debatido sobre o que seria as necessidades humanas e se essas necessidades são comuns a todos os indivíduos. Nesse ensaio me basearei na teoria de Ian Gough e Len Doyal (1994) sobre necessidades humanas. Para tentar delimitar o que seria essas necessidades tem que ter em mente que necessidades são diferentes de desejos. Aquelas são objetivas, ou seja, não são estados momentâneos de vontades, enquanto os desejos são subjetivos e está relacionado às preferências e às questões culturais de cada indivíduo ou sociedade. Mas o que seriam as necessidades humanas? É possível formular uma teoria sobre essa categoria e se sim, há necessidades que são comuns a todos os indivíduos?

De acordo com esses autores, todos possuem o direito de uma participação social exitosa e essa participação ilimitada seria um objetivo comum a todas as pessoas. Portanto, necessidades básicas seriam àquelas precondições universais que permitem a participação exitosa do indivíduo na vida social. Caso essas necessidades não sejam satisfeitas traria ao indivíduo sérios prejuízos (danos) à sua vida material e a sua atuação como sujeitos (PEREIRA, 2008). Esses danos sérios são impactos negativos que impedem às pessoas de viver física e socialmente em condições de exercer a sua capacidade de ação crítica (idem).

Para Doyal e Gough (1994) há apenas dois conjuntos de necessidades humanas que são objetivas e universais a todos os indivíduos, quais sejam: saúde física e autonomia.

(...) a saúde física e a autonomia pessoal são condições prévias de toda ação individual em qualquer cultura, constituem as necessidades humanas mais elementares: aquelas que têm de ser satisfeitas em certa medida antes que os agentes podem participar de maneira efetiva em sua forma de vida com o fim de alcançar qualquer outro objetivo que acreditam ser valiosos (DOYAL & GOUGH, 1994, p. 82-3; tradução nossa).

Portanto, essas duas necessidades são as condições prévias e básicas de evitar um sério dano à vida do indivíduo. A carência de uma necessidade repercute na qualidade de vida do sujeito, causando, de fato, uma degeneração na situação de vida desse sujeito, tanto fisicamente, quanto psicologicamente, levando a uma vida sub-humana, ou seja, sem a mínima qualidade necessária para ser agente moral (PISÓN, 1998).

A saúde física é condição necessária de existência de todos os indivíduos, é uma questão elementar, porém, a autonomia tem um papel fundamental na vida do indivíduo também, pois ela permite que esse consiga ter a capacidade eleger objetivos e sentir responsáveis pelas suas atitudes e ações (DOYAL & GOUGH, 1994; PEREIRA, 2008). Porém, há um nível mais elevado de autonomia, que seria a autonomia crítica, no qual a pessoa é capaz de ter uma reflexão crítica sobre determinada situação, perceber a si mesmo e modificar a situação em que se encontra. Sem essa autonomia crítica, as sociedades seriam estáticas, pois os indivíduos não teriam à capacidade de perceber a situação em que se vive e muito menos modificá-la.

Sabemos que a saúde física e autonomia são necessidades comuns a todos os indivíduos, portanto, pressupõem que essas necessidades devem ser satisfeitas caso contrário traria prejuízos aos indivíduos, porém, para que essas sejam satisfeitas é necessário que existam necessidades intermediárias, ou seja, são necessidades que contribuem para se alcançar a meta universal, que seria a prevenção de sérios riscos à vida humana e uma participação social

exitosa. De acordo com Doyal e Gough, há onze necessidades intermediárias, quais sejam: alimentação nutritiva e água potável; ambiente de trabalho desprovido de riscos, habitação adequada; ambiente físico saudável; cuidados de saúde apropriados; proteção à infância; relações primárias significativas; segurança física; segurança econômica; educação apropriada e; segurança no planejamento familiar, na gestão e no parto.

O dever de satisfazer as necessidades humanas é em primeira instância do Estado. Ele deve fazer isso por meio de políticas sociais que são financiadas por ele por meio do fundo público. Essas políticas sociais são importantíssimas para que o indivíduo tenha as condições necessárias de desenvolver, acima de tudo, a sua autonomia. As necessidades humanas, portanto, estão associadas à questão de direitos sociais e esses direitos devem ser garantidos, caso contrário trará enormes prejuízos para o indivíduo, conforme lembra Pisón (1998).

Alguns autores, como Hayek, acreditam que a provisão de bem-estar deve ser feita fora do setor público, sendo competência do mercado prover esse bem-estar. Essa é uma visão predominante hoje e fácil de ser percebida quando se estuda as políticas sociais. Cada vez mais as políticas sociais estão saindo da lógica estatal e sendo submetidas à lógica do mercado, como está acontecendo com a educação e a saúde, que estão sendo cada vez mais privatizadas e mercadorizadas. A idéia de políticas sociais universais está sendo substituída pelas políticas focalizadas na pobreza extrema e essas políticas não têm como compromisso a satisfação plena das necessidades sociais. Há um aumento da participação privada que são guiadas pela lógica do mercado e da produção de mais ganância, que é a necessidade básica do capital, conforme veremos a seguir.

Para explicar o que seria necessidades do capital, é preciso recorrer à Marx, quando ele diz no *Capital* (volume I, tomo I, 2008), que a principal necessidade do capital é sempre a expansão contínua e interminável do seu valor, ou seja, é sempre a ganância. Essa busca eterna por mais valor é condição necessária para a manutenção do sistema capitalista. De acordo com Wetherly (1995 apud Gough, 2003), para a satisfação da necessidade básica do capital, sempre acumular e produzir mais valor, ele tem que satisfazer algumas necessidades intermediárias, que seriam:

Um sistema legal (que garanta a propriedade privada), um sistema monetário, infra-estrutura coletiva, como o transporte, e certo nível de submissão da população no geral e da população trabalhadora no geral. Essa submissão pode ocorrer de diversas formas, desde uma anuência consciente em um extremo e a coerção do outro (WETHERLY, 1995 *apud* GOUGH, 2003, *tradução nossa*).

Percebe-se que para ocorrer a satisfação da necessidade básica do capital é necessário ter a presença de um Estado, que crie essas condições intermediárias, caso contrário não seria possível obter um sistema que garanta uma propriedade privada, infra-estrutura e que financie, por meio do fundo público, essas condições de reprodução do capital e que favoreça à acumulação do valor. Veja, portanto, que o Estado possui um papel central nessa criação de condições para a acumulação capitalista, confirmando a teoria de O'Connor, sobre o Estado. Ele necessita criar políticas públicas, como políticas econômicas, fiscais e monetárias para dar suporte a essa acumulação capitalista.

Note-se também, que é necessário que ocorra uma submissão da classe trabalhadora para que o capital satisfaça as suas necessidades, tanto conscientemente como coercitivamente. Para

que ocorra essa submissão é necessária a regulamentação do capital e do trabalho. De acordo com Gough (2003), essa regulamentação é precisa para que seja assegurado ao capitalista o poder sobre o trabalho e que a classe trabalhadora realize um trabalho satisfatório.

Essa legitimação pode ser feita por meio das políticas públicas criadas pelo Estado – note-se outra vez a presença desse ente -, porém, essas políticas não são criadas somente para favorecer aos capitalistas à sua busca de ganâncias ao submeter à classe trabalhadora à obediência. Essa visão seria, no mínimo, a-histórica e não dialética. Devemos lembrar que a política social possui um papel contraditório. Ela não está somente a favor do capital e também não tem a função de somente legitimar a classe trabalhadora, pois ambas, conforme afirma Behring e Boschetti (2006) predominaria a visão de um Estado pacífico e desprovido de luta de classes no seu seio. A conquista de políticas sociais no seio do capitalismo foi uma luta história da classe trabalhadora, porém, ela também oferece alguns benefícios à classe capitalista, já que reduz o descontentamento dos trabalhadores dentro do modo de produção capitalista.

É possível afirmar, portanto, que para que o capital consiga satisfazer sua necessidade básica, ou seja, acumular mais riquezas é necessário que ele conte com uma presença do Estado que crie condições para a sua acumulação. O Estado, por meio do seu fundo público, deve criar o terreno para que a acumulação e expropriação de riquezas se tornem possíveis. O Estado precisa criar condições que favoreça a classe capitalista de extrair a mais-valia do trabalhador e com isso gere mais lucros.

Temos, portanto duas necessidades distintas, as humanas e as do capital. Ambas necessitam da presença do Estado para que, por meio das políticas públicas, consiga satisfazer essas necessidades. Atualmente, o Estado Neoliberal prioriza muito mais as necessidades do capital, fazendo com que as necessidades humanas sejam satisfeitas na ótica do mercado. Quando isso acontece, uma boa parte da população não tem essas suas necessidades satisfeitas, trazendo à tona a questão de sério risco à sua vida, no qual não terá, além de da saúde física, a sua capacidade de agir e pensar criticamente a sua situação. Cada vez mais ocorre um deslocamento do espaço público para o mercado, no qual há a predominância do mérito, que decorre da capacidade de iniciativa e onde as desigualdades são vistas como algo positivo uma vez que emulam à sua superação. Há a ideia de que você somente ficaria fora desse mundo se não houvesse um pleno esforço ou disposição para ir atrás de sua vontade. (GOMES JR., 2007).

Outra coisa que ocorre é a confusão entre necessidades e desejos. No capitalismo há uma constante manipulação do imaginário social do indivíduo, onde há a falácia de que sua realização plena como cidadão de direitos e livre é associado à condição prévia de poder consumir as mercadorias (GOMES JR, idem).

Necessidades humanas e às do capital possuem em seu DNA características opostos, sendo, portanto irreconciliáveis, pois fortalecer uma significa, imediatamente, enfraquecer á outra necessidade. É claro que dentro do Estado, principalmente, nos Estados Sociais que foram sendo fortemente implementado nos anos 40 nos países europeus há uma tentativa de conciliação dessas necessidades. Houve um aumento considerável do gasto social dos Estados nas áreas de saúde, educação e assistência social, que foram financiadas por meio de impostos e contribuições sociais. Porém, isso não que dizer que não houve um aumento da

produtividade e a da acumulação capitalista. O capital continuou gerando mais riquezas dentro do seu seio.

Entretanto, após a crise fiscal do Estados Sociais², começou ocorrer uma série de ajustes neoliberais que acabou trazendo um outro paradigma para as políticas sociais, onde ocorreu uma reestruturação e enfraquecimento dos Estados Sociais. Essa ofensiva ideológica neoliberal questiona os princípios e a legitimidade desses Estados (MORENO, 2004). Se antes, o Estado deveria se concentrar no crescimento econômico, pleno emprego e no bem-estar dos cidadãos, hoje o Estado Neoliberal deve favorecer os direitos individuais à propriedade privada, ao livre mercado e ao livre comércio, ou seja, as liberdades individuais estão acima das liberdades coletivas, devendo o Estado usar do monopólio da força para preservar essas liberdades. Logo, o neoliberalismo opõe-se às teorias do Estado intervencionista ou keynesiano. O famoso compromisso ou consenso entre o capital e o trabalho do segundo pós-guerra é substituído no período neoliberal. A neoliberalização é um projeto de restauração do poder de classe, no caso, classe capitalista sob a classe trabalhadora. (HARVEY, 2008). Nesse momento houve uma sobrevalorização das necessidades do capital sobre as necessidades humanas. O neoliberalismo é a prova viva de que essas duas necessidades são irreconciliáveis.

Na próxima seção será debatido sobre a grande crise estrutural que estamos vivenciando desde 2008 e suas implicações diretas para as políticas sociais.

Capitalismo e crise

O momento atual é marcado por uma grande crise do sistema capitalista. Uma crise iniciada em 2008, nos Estados Unidos, e que rapidamente se alastrou para o resto do mundo. Essa crise pode ser comparada com a crise de 1929, por causa da sua magnitude e grandeza. Quando ocorre uma crise do sistema capitalista, todo o discurso do Estado liberal que não deve intervir na economia se torna inócuo, uma vez que é esse Estado que exerce um papel estrutural na defesa do próprio sistema capitalista.

Desde 2008, o mundo se sucumbiu a mais uma crise no modo de produção capitalista. Porém, essa crise, que ocorreu com a explosão da bolha imobiliária nos Estados Unidos, já estava em formação desde os anos de 1980, ocorrida, principalmente por causa da atuação impensável da especulação financeira com a anulação da atuação do Estado na regulamentação dessa especulação. De acordo com Coggiola (2011) e Gomes Jr. (2012), desde os anos 1970 foram contabilizados 17 eventos de crise do sistema. Isso vai ao encontro das palavras proferidas pelo professor José Paulo Netto³, de que o capitalismo não se encontra em crise; ele é a crise. Essa crise é muito mais profunda e não atinge somente o mundo das finanças, mas todos os domínios da vida social, econômica e cultural, conforme destacado por Mészáros (2011).

Essa crise estava sendo prenunciada desde os finais dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando a acumulação capitalista começa a se dar não mais no chão da fábrica, mas sim, pela esfera financeira, valorizando, dessa forma, o capital financeiro, fortalecendo o sistema bancário. De acordo com Salvador (2010b), nesse período nasceu os novos instrumentos

² Sobre um estudo mais detalhado sobre a crise fiscal do Estado sugiro a leitura de James O'Connor (1977).

³ Palestra auferida no dia 12 de setembro de 2012 em Brasília, na Oficina Regional da ABEPSS.

financeiros, como a securitização da dívida⁴ e os derivativos⁵. Esses mercados são extremamente vulneráveis e de alto risco. Toda essa vulnerabilidade pode levar a diversas crises sistêmicas, sem falar que, como atualmente vivemos em um tempo de globalização e internacionalização do capital, basta ocorrer uma crise em um país que rapidamente essa irá, com certeza, influenciar na economia de outros países, como pode ser visto atualmente.

Outra característica desses novos instrumentos do capitalismo é que esses operam de maneira não regulada dentro do mercado financeiro, principalmente os derivativos. Como eles são considerados negócios de alto risco, em tese, deveriam passar por um processo maior de regulamentação por parte do Estado. Porém não foi isso que ocorreu. Nos anos 1990, por exemplo, os banqueiros faturaram US\$ 15 trilhões de dólares no mercado de derivativos não regulados (FERGUSON, 2010). Para ganhar mais dinheiro por meio de juros, os bancos começaram a emprestar mais dinheiro, mesmo para aquelas pessoas que não davam garantia de poder pagar os empréstimos, principalmente, para hipotecar casas. Esses empréstimos de alto risco são denominados de *subprime* no mercado financeiro dos EUA.

Em 2006, nos EUA, ocorreu uma série de despejos em áreas pobres das cidades americanas e, em 2007, mais de 2 milhões de famílias perderam suas casas e mais 4 milhões corriam o risco de ser despejadas, isso porque não estavam conseguindo pagar suas hipotecas e isso fez com que houvesse uma queda do preço dos imóveis nos EUA, gerando, um espiral de execuções hipotecárias (HARVEY, 2011). Porém, isso não abalou os grandes banqueiros até que em 2008, a “crise das hipotecas *subprime*” levou à falência grandes bancos internacionais de investimento. Em 15/09/1998, o banco Lehman Brothers pediu falência. Isso trouxe consequências imediatas para todos os mercados de créditos globais. A falência desse banco de investimos, rapidamente, balançou as economias de todo o mundo. De acordo com Harvey (2011), no epicentro da crise estava a montanha de títulos tóxicos detidos pelos bancos ou comercializados por investidores em todo o mundo, já que a maioria desses investidores agiu como se os preços das casas subiriam para sempre.

De acordo com Behring (2010), o Estado teve que injetar dinheiro para socorrer os banqueiros e que dessa forma pudessem restaurar a confiança nos mercados, adquirindo títulos que não possuíam muito valor, ou seja, depreciado, para revalorizá-los e vendê-los. Vide o que ocorreu em 2008, quando o Governo Bush injetou US\$ 700 bilhões de dólares com o objetivo de salvar essas instituições financeiras que estavam indo à falências. E isso foi somente o início do montante do fundo público que foi injetado para socorrer essas instituições financeiras⁶, que aliando a sua ganância com a não regulamentação estatal na atividade

⁴ Securitização da dívida seria uma prática financeira que tem como objetivo agrupar vários tipos de ativos financeiros convertendo-os em títulos negociáveis no mercado de trabalho, dessa forma, o título da dívida é vendida, na forma de juros, para diversos investidores, tornando esses títulos, portanto, em um compromisso para pagamento futuro.

⁵ Derivativos são instrumentos financeiros que têm seus preços derivados (daí o nome) do preço de mercado de um bem ou de outro instrumento financeiro. Por exemplo, o mercado futuro de petróleo é uma modalidade de derivativo cujo preço é referenciado dos negócios realizados no mercado à vista de petróleo, seu instrumento de referência. No caso de um contrato futuro de dólar, ele deriva do dólar à vista; o futuro de café, do café à vista, e assim por diante (BMF&BOVESPA, 2012).

⁶ Após injetar os US\$ 700 bilhões de dólares no dia 1º de outubro de 2008, no dia 10, foi gasto mais US\$ 250 bilhões para salvar as instituições financeiras. Já na zona do Euro, em outubro de 2008, 15 países concordaram em colocar apenas US\$ 2,5 trilhões de dólares à disposição das instituições financeiras. No Brasil, em outubro de 2008, o Banco Central dispôs US\$ 200 bilhões de dólares para agir contra a crise (VEJA, 2012).

econômica levou diversos países, principalmente os Europeus - Grécia, Itália, Espanha, Portugal e Irlanda – a uma crise épica.

Está ocorrendo uma verdadeira socialização dos prejuízos, porém em contrapartida, uma privatização dos lucros, uma vez que é a classe trabalhadora que está sofrendo com essa crise e não os banqueiros donos de bancos poderosos, como Lehman Brothers, Goldman Sachs e etc. Pelo contrário, em Portugal (um dos países mais afetados pela crise), em 2009 houve um crescimento de 5,5% de milionários⁷ em relação à 2008 e a Irlanda, 16,8% em 2011 (WWR, 2012) em contrapartida temos atualmente na Espanha, por exemplo, 21,1% da população vivendo abaixo da linha da pobreza (IG, 2012).

Pode-se afirmar, entretanto, que o resultado mais rápido e concreto da crise foi o crescimento da concentração de riqueza socialmente produzida, das políticas de incentivo ao desemprego e a perda dos longos direitos trabalhistas conquistados ao longo do século XX, ocorrendo uma degradação das condições de trabalho, como cortes nos salários, desemprego em massa, aumento da intensificação do trabalho. Quando a Europa anunciava os seus primeiros planos de austeridades, com o propósito de crescer a economia, a área mais prejudicada foi a área social.

A Grécia, por exemplo, aprovou um plano de austeridade em junho de 2011 que em troca da última parcela de um empréstimo de 110 bilhões de euros ao país, o governo grego cortará, na seguridade social, 1,09 bilhões de euros em 2011, 1,28 bilhões de euros nesse ano, 1,03 bilhões de euros em 2013, 1,01 bilhões de euros em 2014 e 700 milhões de euros em 2015 (BBC BRASIL, 2011). Recentemente, esse país, por imposição da *Troika*⁸, cortará em 13 bilhões de euros seus serviços sociais, com o intuito de não ter que elevar a jornada de trabalho para seis dias semanais (MAURO, 2012), porém, o governo grego continua com cortes sociais nos salários e pensões, além do mais, já aumentou à aposentadoria para 67 anos. Essas decisões vão de encontro com a proposta neoliberal de redução de bem-estar social da população, já que os Estados, na maioria das vezes, assumem estratégias políticas de enfrentamento às crises capitalistas que prejudiquem a classe trabalhadora, que é a vítima nessa crise do capital e não a responsável pela recessão econômica ou a alta dívida pública do governo grego (150% do PIB)

De acordo com Mészáros (2011), a consequência imediata da crise é o crescimento do desemprego em uma escala assustadora e a miséria humana a ele associada. A crise está atingindo diretamente à política de trabalho. A avaliação do Eurostat (Escritório Europeu de Estatísticas) estima que a taxa de desemprego nos 17 países que adotam a moeda única na Europa, a zona do euro, atingiu 12% em fevereiro, ou seja, mais de 19 milhões de pessoas estão desempregadas na Europa. Cerca de 23,9% são trabalhadores com menos de 25 anos. O desemprego na França passou a barreira simbólica dos três milhões de desempregados. Na Espanha, a situação é crítica, com uma taxa de 27,16% (superando a marca de seis milhões de pessoas), a Grécia possui uma taxa de 26,4%, Portugal (38,2%), na Alemanha e Luxemburgo, as taxas são baixas em comparação com o restante da Eurozona, sendo 5,4% e 5,5% nesses países, respectivamente (PRESSE, 2013).

⁷ De acordo com o documento World Wealth Report (WWR, 2012), milionários são aqueles que possuem mais de US\$ 1 milhão de dólares para investir.

⁸ A troika é formada por três instituições europeias: a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nesse período de crise, o ideário keynesiano está voltando com força na tentativa de buscar uma solução para essa crise, onde, o Estado deveria aumentar o seu gasto, investindo em infra-estruturas tentando, portanto, aumentar o nível de emprego. Há o incentivo ao consumo, também, como está ocorrendo no Brasil, por exemplo. Por meio das reduções de impostos, principalmente do Imposto sobre Produto Importados (IPI) sobre carros e linha branca, incentivando às famílias brasileiras a consumir – às vezes endividar – com o intuito de fomentar a economia.

A verdade é que os países estão enfrentando dificuldades na busca soluções para a crise capitalista, principalmente na Europa há recessão e um aumento geral das taxas de desemprego. Todos os planos que foram anunciados pela *Troika* atingem a classe trabalhadora, no geral. Ela afirma que é necessário reduzir o déficit público, o gasto estatal, benefícios previdenciários, cortes na área da educação e assistência social, ao invés de aumentar os impostos sobre as grandes fortunas, por exemplo.

Os EUA, no período do governo presidente George W. Bush diminuiu a taxa de impostos sobre grandes fortunas e retirou por completo a taxa sobre herança (FERGUSON, 2010). Situação oposta vive a França, onde o novo presidente, François Hollande, pretendia taxar em até 75% os mais ricos. Contudo, essa decisão foi rechaçada pelo Conselho Constitucional Francês (AFP, 2012).

Para concluir, reafirma-se que essa é uma crise estrutural do capitalismo, no qual há uma verdadeira impotência desse sistema frente às questões sociais impostas pela a sociedade gerando uma destruição social e da natureza (FONTES, 2009). A crise estrutural do capital leva os indivíduos ao caos já que ocorre um processo de aniquilamento das relações sociais, de trabalho, do indivíduo com o meio-ambiente. Pode-se acrescentar, conforme lembra Fontes (2009), uma subordinação dos trabalhadores ao capital. E isso se dá, principalmente, por meio da flexibilização e da profunda precarização do trabalho.

É extremamente importante que o Estado atue de maneira a legitimar a classe trabalhadora, ou seja, que fortaleça as políticas sociais e que essas possuem um caráter universal, desmercadorizadas e que sejam financiadas por tributos progressivos, ou seja, que onere àqueles que possuem grandes riquezas. Porém, ocorre hoje, justamente o contrário. Há um Estado, que se origina por causa da contradição entre as classes sociais e que atua de forma contraditória e uma das formas de atuação desse Estado capitalista é a elaboração e implementação de políticas sociais. Entretanto, essas políticas têm se mostrado perversas, focalizadas na pobreza extrema, com sua lógica voltada para o mercado, ou seja, ao invés de serviços de saúde e educação públicos e gratuitos, se tem serviços privados que só podem ser garantidos por meio da compra desses.

Outra característica fundamental dessas políticas sociais é que na maioria das vezes se restringem à transferência de renda. E essas transferências de renda têm como objetivo maior inserir o indivíduo em uma sociedade do consumo. Onde são considerados não cidadãos àqueles que não têm o dinheiro de consumir e isso inclui não somente bens, como carro, telefones e computadores, mas também, e principalmente, a saúde, a educação, a previdência social.

A crise atual é um reflexo das constantes desregulamentações feitas pelo Estado, principalmente, após o declínio dos Estados Sociais Keynesianos e do consenso entre as

classes capitalistas e trabalhadoras, ou seja, com a instauração do neoliberalismo. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, por exemplo, isso ocorreu de maneira mais intensa após os governos Ronald Reagan (1981-1989) e da Margaret Thatcher (1979-1990) respectivamente. Se antes, o Estado deveria se concentrar no crescimento econômico, pleno emprego e no bem-estar dos cidadãos, hoje o Estado Neoliberal deve favorecer os direitos individuais à propriedade privada, ao livre mercado e ao livre comércio, ou seja, as liberdades individuais estão acima das liberdades coletivas, devendo o Estado usar do monopólio da força para preservar essas liberdades. Logo, o neoliberalismo opõe-se às teorias do Estado intervencionista ou keynesiano. O famoso compromisso ou consenso entre o capital e o trabalho do segundo pós-guerra é substituído no período neoliberal.

Nesse contexto, há o embate entre duas ideologias opostas entre si, a ideologia capitalista e a emancipadora, conforme destaca Pinassi (2009). A ideologia capitalista, fundada nos ideais liberais, propõe uma intensa fragilização das relações sociais e fragmentação dos direitos sociais. Ela é fomentada pela ausência e ao mesmo tempo forte presença (a favor da classe capitalista, claro) de um Estado Neoliberal Assistencialista. Esse Estado deve garantir a acumulação capitalista e assegurar a propriedade privada. É um Estado policial, uma vez que repreende os movimentos sociais e culpabiliza os indivíduos pelos seus fracassos. De outro lado, há a ideologia emancipadora, que busca enfrentar esse Estado Neoliberal e suas práticas destrutivas que onerem a classe trabalhadora. Amparado por essa ideologia, há a intenção de satisfazer as necessidades humanas básicas ao aliar novas e criativas formas de organização social e política.

Considerações finais

Percebemos nesse ensaio que as necessidades humanas e as do capital são irreconciliáveis e que em tempos de crise do capitalismo, como esse que estamos vivendo hoje, as necessidades do capital tendem a se sobrevalorizar em relação às outras necessidades. Basta observar o que ocorre em todo o mundo; desemprego em massa, diminuição do gasto social, utilização do fundo público para socorrer os bancos privados, desoneração da folha de pagamentos.

É extremamente importante que o Estado atue de maneira à legitimar a classe trabalhadora, ou seja, que fortaleça as políticas sociais e que essas possuam um caráter universalista, desmercadorizadas e que seja financiadas por tributos progressivos, ou seja, que onere àqueles que possuem grandes riquezas. Porém, ocorre hoje, justamente o contrário. Temos um Estado que deslegitima a classe trabalhadora em prol da classe capitalista. As políticas sociais têm se mostrado perversas, focalizadas na pobreza extrema, com sua lógica voltada para o mercado, ou seja, ao invés de serviços de saúde e educação públicos e gratuitos, se tem serviços privados que só podem ser garantidos por meio da compra desses.

Outra característica fundamental dessas políticas sociais é que na maioria das vezes se restringem à transferência de renda. E essas transferências de renda têm como objetivo maior inserir o indivíduo em uma sociedade do consumo. Onde são considerados não cidadãos àqueles que não têm o dinheiro de consumir e isso inclui não somente bens, como carro, telefones e computadores, mas também, e principalmente, a saúde, a educação, a previdência social.

Vimos que essa crise atual é um reflexo das constantes desregulamentações feitas pelo Estado, principalmente após o declínio dos Estados Sociais Keynesianos e o consenso entre as

classes capitalistas e trabalhadoras, ou seja, com a instauração do neoliberalismo. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, por exemplo, isso ocorreu de maneira mais intensa após os governos Ronald Reagan (1981-1989) e da Margaret Thatcher (1979-1990) respectivamente. Se antes, o Estado deveria se concentrar no crescimento econômico, pleno emprego e no bem-estar dos cidadãos, hoje o Estado Neoliberal deve favorecer os direitos individuais à propriedade privada, ao livre mercado e ao livre comércio, ou seja, as liberdades individuais estão acima das liberdades coletivas, devendo o Estado usar do monopólio da força para preservar essas liberdades. Logo, o neoliberalismo opõe-se às teorias do Estado intervencionista ou keynesiano. O famoso compromisso ou consenso entre o capital e o trabalho do segundo pós-guerra é substituído no período neoliberal.

Nesse contexto, há o embate entre duas ideologias opostas entre si, a ideologia capitalista e a emancipadora, conforme nos lembra Pinassi (2009). A ideologia capitalista, fundada nos ideais liberais, propõe uma intensa fragilização das relações sociais e fragmentação dos direitos sociais. Ela é fomentada pela ausência e ao mesmo tempo forte presença (a favor da classe capitalista, claro) de um Estado Neoliberal Assistencialista. Esse Estado deve garantir a acumulação capitalista e assegurar a propriedade privada. É um Estado policial, uma vez que repreende os movimentos sociais e culpabiliza os indivíduos pelos seus fracassos. De outro lado, há a ideologia emancipadora, que busca enfrentar esse Estado Neoliberal e suas práticas destrutivas que onerem a classe trabalhadora. Amparado por essa ideologia, há a intenção de satisfazer as necessidades humanas básicas ao aliar novas e criativas formas de organização social e política.

É imprescindível que ocorra um movimento revolucionário que mude a estrutura do sistema capitalista, onde, ocorra o controle social dos excedentes e a regulamentação da produção. Nesse sentido, é necessário que ocorra a unificação da classe trabalhadora, no sentido de que essa conquiste os seus direitos sociais e tenha atendidas as suas necessidades básicas, em contraposição às necessidades do capital. É preciso à unificação entre todos os destituídos e despossuídos dentro do capitalismo (HARVEY, 2011). Todos esses movimentos sociais que estão ocorrendo no mundo, como o Occupy Wall Street (EUA) e Indignados (Espanha), são importantes, porém, é necessário ir além de simples acampamentos nas ruas e indignações com a sua situação. É preciso, realmente, lutar contra esse sistema que desonera os mais pobres e enriquece os mais ricos, é preciso lutar para uma forte intervenção estatal na economia e principalmente, regulamentar esse setor financeiro que age às escuras em busca de ganância. O Estado não pode mais atuar de forma máxima para as necessidades do capital e mínimo para as necessidades humanas.

Referências

BEHRING, Elaine. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006

BEHRING, Elaine. Acumulação capitalista, fundo público e Política Social. In BOSCHETTI Ivanete et al (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008 p. 44-63.

_____. Crise do capital, fundo público e valor. In BOSCHETTI, Ivanete et al (Orgs.). **Capitalismo em crise, políticas sociais e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010, p.13-34.

BBC BRASIL. Entenda o plano de austeridade aprovado na Grécia. **IG Economia**, 30 de junho de 2011. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/entenda-o-plano-de-austeridade-aprovado-na-grecia/n1597055561524.html>. Acesso em: 22 de setembro de 2012.

BMF&BOVESPA. O que são derivativos. BMF&BOVESPA. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/educacional/iniciantes/mercados-de-derivativos/o-que-sao-derivativos/o-que-sao-derivativos.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em 22 de outubro de 2012.

CAPGENIMI; RBC WEALTH MANAGEMENT. **Relatório sobre a riqueza mundial 2012**. Publicado em 19 de junho de 2012: <http://www.capgemini.com/insights-and-resources/by-publication/world-wealth-report-2012--portuguese-version/>.

COGGIOLA, O; **A crise do capitalismo mundial**; Porto Alegre: Ed Pradense 2011.

DOYAL, Len; GOUGH, Ian; **Teoria de las necesidades humanas**. Madrid: Ed Tesys, 1994.

GIRALDI, Renata. Desemprego na zona do euro chega a 11,3% em julho. **OPERA MUNDI**, 31 de agosto de 2012. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/24047/desemprego+na+zona+do+euro+chega+a+113%25+em+julho.shtml>. Acesso em: 22 de setembro de 2012.

GOMES JR., Newton. **Segurança Alimentar e Nutricional como princípio orientador de políticas públicas no marco das necessidades humanas básicas**. Tese de doutoramento, UnB, 2007.

_____. **Necessidades do capital em oposição às necessidades humanas básicas na sociedade contemporânea: reflexões exploratórias**. Brasília, 2012.

GOUGH, Ian. **Economia política del Estado del bienestar**. Madrid: H. Blume Ediciones, 1982.

_____. **Capital Global necesidades básicas y política social**. Argentina: MIÑO Y D'AVILA, 2003.

HARVEY, David. **O neoliberalismo. História e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

IG BRASIL. Instituto diz que 21,1% dos espanhóis vivem abaixo do limite da pobreza, 22 de outubro de 2012. Disponível em: <http://economia.ig.com.br/criseeconomica/2012-10-22/instituto-diz-que-211-dos-espanhois-vivem-abaixo-do-limite-da-pobreza.html>. Acesso em: 24 de outubro de 2012.

FERGUSON, Charles. **INSIDE JOB**. Produção de Charles Ferguson et al., direção de Charles Ferguson. Estados Unidos, 2010.

MARX, Karl. **O CAPITAL – Crítica da Economia Política**. Livro I Volume 1 – O Processo de Produção do Capital. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2008.

MAURO, Fillipe. Grécia desiste de elevar jornada de trabalho, mas concorda com mais cortes. **OPERA MUNDI** 24 de outubro de 2012. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/25056/grecia+desiste+de+elevar+jornada+de+trabalho+mas+concorda+com+mais+cortes.shtml>. Acesso em: 24 de outubro de 2012.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Ed Boitempo, 2011.

MORENO, Luis. Reformas y reestructuración del Estado de Bienestar en la Unión Europea. In: BOSCHETTI et al (Orgs.). **Política social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2004, pp. 39-60.

O'CONNOR, James. **USA: a crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PEREIRA, Potyara A P **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 5ª edição, 2008.

PINASSI, Maria Orlanda. A ideologia da crise e o surto incontrolável da irrazão. In: Neto, Eduardo de Almeida et al (Orgs.). **Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial**. São Paulo: Sundermann, 2009, pp. 75-96.

PISON, Jose Martinez; **Políticas de bienestar: un estudio sobre los derechos sociales**. Madrid: Ed Tecnos, 1998

SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Crise do capital e socorro ao fundo público**. . In BOSCHETTI, Ivanete et al (Orgs.). **Capitalismo em crise, políticas sociais e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 35-63.

VEJA. O que já foi feito contra a crise financeira. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/crise-financeira/guia1.html#1eua>. Acesso em: 24 de outubro de 2012.